

**IMAGEM E REPRESENTAÇÃO:  
MATRIZES DAS BINARIEDADES DA LINGUAGEM**

*Fernando José Reis de Oliveira\**

**RESUMO:** Este artigo analisa a produção de sentido nos processos de mediação e representação, tomando por base o papel das experiências primárias na produção de imagens simbólicas e dicotomias da linguagem, que alimentam os processos de representação nas narrativas literárias e midiáticas das ordens culturais e simbólicas em geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imagem simbólica; Linguagem, Mediação; Representação.

### **Introdução**

As coisas adquirem significado no processo de comunicação humana através da representação ou da mediação simbólica. A linguagem simbólica é o campo de luta das linguagens na atribuição de sentido às coisas. Quando estabelecemos um diálogo com alguém ou quando manejamos a vida de dois personagens num romance - ou ainda, em contextos que expressam outras formas de relações entre duas ou mais partes, tais como uma instituição dialogando com o seu público, o governo com a sociedade, um candidato com o seu eleitorado ou o escritor com seus leitores etc. - estamos diante de situações

---

\* Professor Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC(SP). E-mail: [fjrdeoliveira@gmail.com](mailto:fjrdeoliveira@gmail.com).

dialógicas, contextos nos quais se estabelecem relações de força simbólica entre dois ou mais sujeitos, entre dois mundos ou entre dois conhecimentos adquiridos de mundo.

Esse diálogo é, no dizer de Bakhtin (1992), antes de tudo, um diálogo entre signos ou ordem de signos - ou entre o estoque de signos interiores de um e o do outro, mediante a justaposição de valores a signos. Nesse âmbito, uma palavra pode distorcer a realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico. Eis o que assinala Mikhail Bakhtin sobre essa questão:

No domínio dos signos, isto é na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois esse domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da forma jurídica, etc. Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral. (BAKHTIN, 1992, p. 33).

O signo ideológico, além de ser fragmento material da realidade, representa-a como realidade exterior para o autor. É através do signo que o indivíduo lê, capta e enuncia a realidade exterior. Nas discussões da vida cotidiana, característica da própria literatura, há infinitas possibilidades de representações da realidade, o que equivale a dizer, uma riqueza insuperável de signos e símbolos dialogando entre si. Talvez seja exatamente por isso que a produção de formas expressivas no campo da representação e da mediação empreende grande parte de seu esforço no trabalho de apropriação de signos do meio social, do cotidiano dessas realidades, e de um signo capaz de produzir a regulação simbólica dos movimentos de aproximação e afastamento - identidade e oposição - entre o objeto referente e o signo equivalente. Tudo isso para assegurar a regulação simbólica sem romper o vínculo das relações de convivência no âmbito da ordem.

A percepção crítica que devemos ter em mente ante as representações de valor na ordem simbólica estabelecida pode tratar das nossas próprias imagens, das imagens arquetípicas da consciência individual, das imagens oriundas das representações alheias próprias

das mídias, a exemplo das imagens geradas pelo texto literário, das imagens simbólicas criadas pela publicidade para validação das escolhas de produtos no contexto da sociedade de consumidores e das imagens que produzem os sentidos de pertencimento da identidade. Em quaisquer dos casos, devemos atentar para dois aspectos fundamentais no processo de mediação dos signos e símbolos e de representação: a) as imagens são portadoras de representações de valor que se expressam através de signos e símbolos; b) esses símbolos são portadores de sinais materialmente perceptíveis que facilitem, por sua vez, a expressão. Os valores nunca estão sozinhos, mas sempre justapostos a signos e símbolos, estes que também nunca estão sozinhos, prestando-se muito bem à função simbólica de validação e consolidação dos valores vigentes nas ordens sociais.

### Leituras da mediação e da representação

A mediação é o espaço-tempo da comunicação que nunca está vazio, mas preenchido de signos e símbolos. Ensina-nos o periodista alemão e pesquisador da cultura e da mídia Harry Pross (1980) que os “*mass media* são portadores ou transportadores de símbolos em consonância com os princípios de economia das forças hegemônicas” que estão no poder. Logo, a mediação é o campo de disputa do poder simbólico que se exercita pela validação das representações e de seus sistemas de signos e símbolos, sobretudo dos valores subjacente aos códigos culturais que representam os sistemas simbólicos em questão. Pensemos aqui no verticalismo da representação simbólica das diversas ordens sociais existentes, que impõe continuamente a violência simbólica para garantir a permanência da rede de signos e símbolos vigentes.

O marco retangular da imagem proporciona também visualmente a valoração do campo simbólico e, por conseguinte, do espaço da representação: jornais retangulares, livros retangulares, carros retangulares, telas retangulares e lá vamos nós para o retângulo da televisão, e do sofá no qual nos acomodamos e acionamos o retângulo do controle. Vejamos como PROSS (1999) analisa a questão:

No sistema vertical de valores, acima figura como bom, na práxis visual acima cria prestígio e chama a atenção. Pode dizer-se que acima tem valor 'mais alto' que abaixo, e um pode inquietar-se pelo círculo vicioso que nos impõe a orientação vertical de nossas reflexões práticas e teóricas. Com efeito, no jornal, acima e à esquerda tem preferência sobre acima e à direita, e abaixo à esquerda sobre abaixo à direita. Na televisão *todo o bom vem acima*, o que significa que os elementos a destacar se colocam acima e à esquerda da imagem. Quem aparece acima e à esquerda recebe assim a classificação de bom e importante e o que aparece abaixo à direita tem melhor predicado do cachorro que os antigos pintores colocavam ocasionalmente no rincão inferior direito de seus quadros. Os rincões alheios os unem em linha reta à diagonal com suas possibilidades de jogo. (PROSS, 1999, p.139).

Nas relações cotidianas também é possível identificar símbolos autênticos, com a força necessária e maturidade para suportar a ambivalência dos discursos e a regulação simbólica das ordens, bem como a relação entre os consumidores e o produto, entre o escritor e seu público ou entre o orador e seus fiéis. Podemos abstrair desse exemplo para outros, o papel do orador, na qualidade de portador de signos, em sua tarefa de mediador simbólico da ordem religiosa para os fiéis da igreja. Que fantástico exercício de violência simbólica não exercita o orador ao proferir um sermão para seus ouvintes! A vida social é regulada temporal e espacialmente por signos. Estamos falando de signos com força simbólica suficiente para sustentar a regulação simbólica das relações que cada indivíduo ou grupo pratica diariamente em seu diálogo cotidiano e sua luta para se estabelecer. Os símbolos são signos de valor ou signos que contém valor e, por isso, possibilitam ordenar a realidade hierarquizando valores - ordens de valores. No dizer de Suzane Langer:

Um símbolo é usado para articular ideias de algo sobre o qual desejamos pensar e, até termos um simbolismo razoavelmente adequado, não podemos pensar nele. Portanto, o interesse sempre desempenha um papel importante ao tornar uma coisa, ou esferas de coisas, o significado de alguma outra coisa, o símbolo ou sistemas de símbolos. (LANGER, 1980, p. 29).

O exercício da representação é, antes de tudo, um exercício de poder que se exprime na capacidade de mediação - seja do símbolo ou da rede de símbolos, seja da própria mídia dos canais mediadores, portadores do mundo simbólico. Esse poder emana da própria capacidade de se impor como realidade objetiva das coisas, sem efetivamente ser a coisa; e o maior exemplo desse poder é a emergência da sociedade de informação e da mídia, que se converte, ela própria, em símbolo a ser estudado. Analisemos mais a fundo como se processa essa dominação no campo simbólico, retomando nosso raciocínio inicial com o exemplo do diálogo, quando um indivíduo convence o seu interlocutor sobre seu entendimento de determinada coisa ele está, de certa forma, sobrepondo a sua razão e validando sua representação em detrimento daquela que o próprio interlocutor poderia elaborar. Esse domínio no campo simbólico que a comunicação sanciona - e a mídia o faz generalizadamente - permite validar nossa representação das coisas, nosso enunciado, nosso discurso, perante os demais membros do nosso grupo social. A violência consiste na imposição de representações alheias em detrimento daquelas que o interlocutor poderia livremente criar e difundir. A criança percebe a força dessa violência quando lhe impedem de desenvolver representações próprias de seu mundo - de sua ordem egocêntrica - e transferi-la para o mundo exterior, para lhe imputar arbitrariamente as imagens próprias das ordens simbólicas estabelecidas. A violência simbólica é, pois, essa capacidade do indivíduo de legitimar significados com a ajuda de signos e símbolos alheios através da representação.

Os sociólogos Pierre Bourdieu e C. Passeron, ao estudarem o sistema educacional francês, em fins dos anos setenta, assinalaram que a transmissão da herança do conhecimento fazia-se sobretudo mediante a imposição de significados, cujos sentidos, mediados por símbolos, eram absorvidos como algo legítimo pelos demais. A essa capacidade de validar significados chamaram de violência simbólica. Mais tarde, Bourdieu (2001) desenvolveu uma sociologia dos sistemas simbólicos e das trocas simbólicas. Vejamos a definição de violência simbólica apresentada por Harry Pross (1991), em seu estudo sobre *La violencia de los símbolos sociales*:

[...] violência simbólica es lo poder fazer que la validez de significados mediante signos sea tan efectiva que otra gente se identifique con ellos (...) antes de reconocer la legitimidad de los significados es necesario uno proceso de identificación con los portadores de significados. (PROSS, 1989, p.71).

A energia que o signo encarna somente se converte em violência simbólica na relação material do significado com o seu interpretante ou com a consciência interpretadora; ou seja, com a pessoa que se coloca frente ao objeto representado, legitimando o signo e o emissor como portadores dessa mediação. Agora a coisa já não é ela em si mesma, mas a sua representação. Daí por que o símbolo, em sua formulação objetiva, é suficientemente flexível para poder comunicar um fenômeno científico - uma fórmula abstrata - cultural ou religioso.

Como portador de significados, ou seja, de signos, o signo, ele próprio, converte-se em um novo símbolo (seja ele as mídias, as pessoas, um produto, um fenômeno científico ou cultural, uma empresa, seja um personagem etc.). A apropriação de um símbolo amplia o acesso à informação e a territorialidade do portador, seja a participação no texto do romance - no caso de um personagem - seja do indivíduo no cotidiano da ordem social, etc. O símbolo ao se tornar material entra em relação dialógica com outros signos e assim faz-se compreensível aos outros permitindo ao indivíduo que se apropriou da realidade simbolizada - e ao próprio fenômeno - ampliarem sua territorialidade ou seu espaço simbólico. Pode-se ilustrar essa transferência simbólica quando visualizamos a imagem de um torcedor que acaba de ver o seu time de futebol ser campeão, ou o seu ídolo ser vitorioso, ou ainda quando o consumidor adquire um novo bem material - um carro, ou uma grife etc. Através dos símbolos o homem estabelece e expande sua territorialidade - o seu espaço de atuação social - o personagem também amplia seu poder e raio de ação no território da obra literária. O símbolo produz ressonância e, ao ser interpretado, projeta a fronteira do interpretante (do indivíduo). Pode-se também imaginar a avaria real, tanto individual quanto social, que a queda de um símbolo - a perda de um ídolo, a morte de um mito, o *impeachment* de um chefe de Governo e/ou de Estado - pode provocar.

A compreensão humana da realidade fica definitivamente contaminada pela a representação que fazemos dela. Isso nos indica a inevitabilidade da comunicação como um processo mediado por símbolos e signos ou pela representação que fazemos das coisas. Entretanto, o fenômeno representado não é o fenômeno em si mesmo, mas sua representação. Ou seja, através da representação ele se converte naquilo que não é, mas passa a ter validade social e se materializa na realidade objetiva nas coisas. Na tarefa de mediação o símbolo pode prestar-se a qualquer papel, inclusive o de forjar a própria realidade e a compreensão na mente humana.

Os signos vestem a realidade com palavras que congelam as ideias e as imagens; quando a representação atinge o domínio da imaginação até as contradições lógicas passam redimidas, seja o fenômeno comunicativo de qualquer natureza: aqui *a imagem que se vê* é a *imagem que se vive*. Na imaginação mítica, lugar de ressonância da representação simbólica, não se distingue onde termina a satisfação e começa o desejo, ou o que é percepção do que é realidade. É aqui, que a representação dominada pela linguagem simbólica - como veículo de signos discursivos, imagéticos, gestuais ou sonoros - libera sentimentos e forças inesperadas, capazes de erguer ou derrubar um sistema político, mudar o comportamento social, convencer sobre a necessidade de consumir um produto, eleger um candidato etc., enfim ordenar a realidade, justapondo valores a signos. Se, como diz G. Bachelard (1982), a imaginação é o poder maior da natureza humana, logo está mais além da faculdade de produzir imagens, o mundo é minha imaginação.

### **Matrizes da linguagem e da representação: as experiências fundadoras das imagens de alto-baixo, dentro-fora e claro-escuro**

O sentido de realidade humana advém, sobretudo, do aprendido oriundo das experiências psicológicas pré-predicativas da primeira infância que se desenvolvem no plano da realidade simbólica como um espelho semiótico e desdobram-se em séries de representação. Eis como Harry Pross defende essa impressão:

La educación de los sentidos es en gran parte el factor subjetivo, único capacitado para el conocimiento. Pero la educación depende a su vez de las ideas predominantes. Y éstas se forman conforme a las experiencias de la primera infancia de claro y oscuro, dentro y fuera, arriba y abajo. Se repiten en la idea porque, como coordinadores de las impresiones sensoriales, van vinculados a éstas en la percepción y comunicación. (PROSS, 1981, p:52).

A primeira oposição fundadora de sentido decorre da relação entre alto e baixo, que está associada aos valores da vertical e da horizontal, presente nos sistemas simbólicos da cultura. A leitura que fazemos das coisas, fica definidamente contaminada pela noção de alto e baixo. A atitude humana de se levantar ou se se erguer, faz com que o indivíduo estabeleça o sentido da vertical e, por oposição, também reconhece o sentido horizontal. Essa compreensão da primeira realidade estabelece o sentido de alto e baixo, que tem orientado até aqui, a organização do sistema conceitual e de valores - o sistema simbólico individual ou de grupos. A afirmação da vertical - o ato de ficar de pé e caminhar para frente - é a forma mais natural dos animais demonstrarem que estão vivos. Essa experiência é determinante para a história humana; o sentido da vertical orienta a hierarquização de todo o nosso sistema conceitual de valores individuais e sociais, desde a linguagem coloquial ou cotidiana até as ciências, a religião, a cultura e a economia política.

Com base nessa leitura da realidade criamos diversas imagens de alto e baixo que vão povoar nossa existência. Por outro lado, quem está na horizontal está mais limitado em suas ações do que quem está de pé; a vertical simboliza superioridade em relação à horizontal; o inimigo dominado é submetido ao solo; o supremo, o superior, o sagrado está no alto, cabendo aos inferiores, aos fiéis curvarem-se em reverência. O reconhecimento da morte simboliza, em última instância, a queda da vertical; e a imposição de uma ordem sobre outra, seja pelo uso da força simbólica ou da força bruta, simboliza a violência de uma força superior sobre uma inferior. Eis porque a horizontal está em relação de oposição permanente com a vertical. Podemos imaginar ainda como é importante para o estabelecimento dos sistemas de valores e signos a noção de retangularidade que trata da alteridade e da aproximação do outro, com a projeção de sua vertical e a correspondente horizontal

que vai suscitar; surge daí a noção de campo de domínio, determinante para a compreensão humana de realidade. Eis alguns sentidos práticos desse simbolismo: os valores superiores estão acima e os inferiores abaixo; atribui-se à existência humana o sentido de uma busca para alcançar o que está no alto, no topo; o vencedor é alçado ao topo e a vitória é celebrada no pedestal, nunca embaixo; também quando uma empresa declara falência, quebra, é decretada sua morte econômica, morte simbólica. Esta é também outra forma de se simbolizar a perda da vertical de uma dada ordem estabelecida.

A morte de um sistema simbólico começa pela destruição da vertical ou dos símbolos que sustentam os sistemas sógnicos e simbólicos que representam a cultura. A falência de qualquer sistema inicia-se pelo enfraquecimento da regulação simbólica que lhe dão sustentação. E quando a violência simbólica não é suficiente para sustentar a vertical, entra em cena a violência física, isto evidencia a fragilidade dos símbolos e dos mecanismos de coerção simbólica. Se também, um regime político cai, percebemos que se rompe o sistema de valores ou a ideia de ordem natural das coisas, tal como estamos evidenciado na realidade política do País, nos dias atuais. Imediatamente, outros símbolos são plantados no lugar para legitimar o novo poder que se instala. Igualmente, a ruptura de um ritual, ou a queda de um mito, também provoca o desmoronamento da vertical simbólica de algo que é superior no espaço simbólico. E nunca é demais lembrar que o espaço simbólico nunca está vazio. Assim também procedemos no plano individual, no campo profissional, como em qualquer outro, contabilizando a vida como uma sucessão de batalhas e conquistas para “subir na vida”, que resultam em aquisições e perdas, vitórias ou derrotas. No popular diz-se comumente: “A vida é cheia de altos e baixos”; E quem vence é erguido no pedestal; quem perde fica embaixo; quem vence conquista novos territórios, amplia o seu espaço e, assim, coloca-se em posição superior em relação a quem não obteve o mesmo. Agora podemos imaginar quantos atributos de qualidades e significados podem ser atribuídos às coisas práticas da realidade humana impulsionados pelo sentido de alto e baixo.

A segunda experiência vital suscitada pela percepção da vertical é a de demarcação do território. A noção de apropriação do espaço territorial define como sentido inequívoco:

o de espaço interior e espaço exterior, ou em sua forma mais geral: o sentido de dentro e fora que, por sua vez, se complementa com o sentido de claro e escuro.

Dentro está representado o espaço simbólico onde está a energia vital do sistema, a ser protegida. O que está dentro está no espaço interior, no espaço conquistado. O sentido de dentro e fora, ou interno e externo, fica mais claro quando temos em mente a chegada do outro e quando se instala a relação de alteridade. Projetando a horizontal e a vertical e fechando as pontas estabelecemos nosso território; agora sim, criamos o nosso espaço interior ou espaço de apropriação simbólica: o campo simbólico. Quando imaginamos o campo de domínio, podemos pensar no espaço onde se trava a batalha contra o inimigo, o “campo de batalha”; ou a luta que se trava contra os fantasmas do passado no “campo de lembrança”; também no campo de lembrança vou buscar tesouros escondidos. O sentido de campo é determinante para a afirmação do indivíduo ou da representação identitária do grupo e os sentidos do pertencimento. O domínio se exerce sobre o que está dentro, sob o espaço da ordem. O que está fora pode ser desejado, mas, a priori, não pode ser controlado. Dentro está o espaço nacional, o local, a casa, a identidade, o ambiente que conhecemos e temos certo controle; enquanto fora está o exterior, o alheio, o risco e a ameaça. Advém da noção de campo a de espaço alheio; ou seja, o sentido de campo como lugar de disputa, onde podemos submeter nosso adversário ou vice-versa. O campo do jogo é um campo de luta simbólica.

Não se pode esquecer que desde os primórdios da civilização, o ser humano desenvolveu o hábito de jogar, que se incorporou definitivamente à vida cultural, sobretudo à linguagem, mas também a outros domínios da representação. O jogo permite transferir as decisões antes tomadas no campo de batalha, sob as leis da violência bruta, para o “campo simbólico”. Tanto que os jogos primitivos simbolizavam verdadeiras batalhas de vida ou morte - era matar ou morrer - para perdedores e ganhadores; quando assume a forma de ritual, com regras e objetivos claramente definidos, o jogo passa a fortalecer a regulação simbólica da ordem social em detrimento do uso de coerções físicas nessa função. O jogo

possibilita a penetração no campo do inimigo - e vice versa – para submetê-lo. Isso pressupõe respeito às regras estabelecidas, normas, convenções, hábitos, acordos e cerimônias, etc., que são formas comuns de regulamentação dos ritos de passagem de um território a outro.

É inegável a função simbólica do jogo e sua importância no estabelecimento das ordens culturais e simbólicas, sobretudo na tarefa de regulação das mais diversas formas de organização e nos processos de interação de indivíduos ou grupos nos estágios evolutivos da civilização. Não se pode perder de vista que a concepção de jogo se baseia, sobretudo, na manipulação de imagens e antes, na manipulação de signos e símbolos, que permitem estabelecer novas definições e acordos para instaurar a realidade do jogo e da representação. Se se objetiva que o produto dessa expressão exerça o poder de convencimento sobre alguém, ele deve significar algo para quem percebe. O verbal - escrito ou falado -, por seu alto grau de valoração simbólico, é o campo fértil da manipulação no jogo da representação. Atenemos agora para a lição do filósofo J. Huizinga:

É a linguagem que lhe permite (ao homem) distinguir as coisas, defini-las e constatá-las, em resumo, designá-las e com essa designação elevá-las ao domínio do espírito. Na criação da fala e da linguagem, brincando com essa maravilhosa faculdade de designar, é como se o espírito estivesse constantemente saltando entre a matéria e as coisas pensadas. Por detrás de toda expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda metáfora é jogo de palavras. Assim, ao dar expressão à vida, o homem cria um outro mundo, um mundo poético, ao lado do da natureza. (HUINZINGA, 1993, p.7).

Antes de concluirmos esse tópico, ressaltamos ainda a importância do sentido da experiência de claro e escuro para a formação do campo simbólico e da rede de símbolos que permite sustentar as ordens simbólicas. Vejamos a seguir a influência do sentido de claro e escuro na formação dos códigos conceituais. A identificação do claro e do escuro também decorre da percepção de horizontalidade e verticalidade, contudo evolui, à medida que ampliamos nosso conhecimento de mundo, para um significado mais profundo de existência original. O espaço interior - dentro - suscita a percepção do claro; nele estamos

lidando com a realidade percebida e relativamente conhecida; estamos, pois, num espaço ordenado, num porto seguro, onde a clareza e transparência da espacialidade e da temporalidade nos dão segurança acerca da ordem estabelecida; por oposição, o espaço exterior - fora - suscita o sentido de escuro; o espaço interno nos separa da escuridão que representa tudo que está fora e sugere o desconhecido, a surpresa, o inesperado, o medo e a incerteza reinante.

Quando a criança arremessa seu brinquedo a certa distância e vai pegá-lo, redimensiona seu espaço territorial. Assim fazem os adultos para lidar com o desconhecido; seja para transpor as “barreiras do conhecimento” ou os “muros do saber” e igualmente a ciência, que trabalha na “fronteira do conhecimento” ou no “estado da arte”, para alargar suas fronteiras e legitimar novos conceitos. O mesmo raciocínio se aplica ao indivíduo que assimila um novo repertório de símbolos, uma nova língua e está expandindo o seu texto cultural, incorporando novos sentidos, novas metáforas, que às vezes somente de longe equivalerem ao sentido original de sua língua natal. Referindo-se ao problema humano de lidar com os limites do desconhecido, o escritor Albert Camus (1942), em seu livro *O mito de Sísifo*, constrói uma metáfora dos “muros absurdos” interpostos ao homem em seu anseio por expansão:

Comprendo: se quiero captar y enumerar científicamente los fenómenos, con ello no puedo todavía atrapar al mundo. Si toco con mis dedos toda su superficialidad, tampoco sabría ya nada sobre el mismo. Y, entonces, debo escoger entre una descripción que es segura, pero que no me enseña nada, o hipótesis que, por lo visto, me enseñan algo. Extraño a mí mismo y a este punto, armado de ningún otro medio que no sea un pensar que se autonega tan pronto como establece una afirmación... Qué clase de situación es ésta, en que yo sólo puedo encontrar paz en el rechazo del saber y de la vida, en que el placer de conquistar choca contra muros que se resisten a estos conceptos? Querer significa despertar contradicciones. Todo está preparado para el establecimiento de aquella paz envenenada que donan la despreocupación, la pereza de corazón o lá mortífera renuncia. (CAMUS, 1942, p.33 apud PROSS, 1980, p.142).

Esse testemunho de Camus nos dá a medida do desespero que o desconhecimento acerca das coisas suscita-nos. Se não temos conhecimento da realidade, ela não existe para nós; e onde não existe nada, não há ordem estabelecida reina o caos. Quando fincamos um signo onde não existia nada, atribuímos sentido às coisas e demarcamos nossa presença e nossa pertença no espaço e ampliamos nosso domínio. Um signo ocupa espaço. Eis que todo processo de mediação simbólica é um processo de representação e atribuição de valores justapostos aos signos, às coisas. Nossa percepção de realidade resulta da coalescência simbólica que permitem o surgimento de redes de signos e símbolos, e estes dão vida aos códigos culturais, e estes encadeados em séries sistêmicas dão vida ao nosso conhecimento de mundo, a uma narrativa mítica, ao estado, à religião e à ciência. As ordens simbólicas convivem justapostas umas às outras com seus ritmos e espaços próprios, por sua vez, separados por espaços e tempos de transição ou espaços intermediários: os espaços entre ordem interna e ordem externa, ordem anterior e ordem posterior, os espaços entre dentro e fora, claro e escuro, alto e baixo. Este é o espaço de comunicação das ordens regulado também por ritmos ritualizados.

O símbolo permite ampliar o espaço em torno do qual exerce sua sedução simbólica. O símbolo tem o poder de exercer um caráter hipnótico sobre o receptor, se o signo que lhe dá sustentação dialoga com o estoque de signos dos interlocutores. É nesse instante e nesse espaço que se processa a comunicação propriamente dita, pelo estabelecimento da identidade ou oposição, representada em inúmeras possibilidades de combinações nas quais os signos se entrelaçam para dialogar. Eis porque a estrutura do sistema simbólico se polariza em dicotomias que aprisionam as linguagens, sobretudo a linguagem verbal. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

A violência simbólica, levada a efeito pela sociedade da informação, está na comunicação ritualizada das mídias enquanto função reguladora dos diálogos entre as ordens simbólicas. A regulação dos acessos e das distâncias entre as ordens é o próprio exercício de regulação simbólica, que antecede à violência física, e que a mídia desempenha na con-

dição de portadora de símbolos.<sup>7</sup> Segundo H. Pross (1989), se a violência simbólica é violentada, subverte-se a ordem simbólica. Quando isso ocorre, instala-se a violência física, como via única para retomar o controle social ou para instalar-se uma nova ordem. Vejamos: “Cuando en la sociedad estalla la fuerza bruta es que han fallado las regulaciones simbólicas de la coexistência. Cuando se faz uso de la violência física es que la violência de los símbolos no puede garantizar ya la identidad corporal (...)”. (PROSS, 1989).

Já adiantamos que, na sociedade da informação, as mídias em geral atuam, por excelência, como canais portadores de símbolos. Contudo, o recurso à linguagem simbólica no processo de representação das coisas e na manipulação de imagens simbólicas não é privilégio exclusivo das mídias de massa, todavia ela o faz de forma ritualística, sistemática e incessantemente para todos. O processo de mediação apresenta-se, pois, como poder de representação inerente ao próprio jogo da comunicação, que se legitima e se expande através da ampliação das linguagens, da técnica e dos sistemas simbólicos próprios de cada cultura.

No ambiente da cultura midiática atual, os sistemas simbólicos atuam como mecanismo formador de consensos sociais, na transmissão sistemática das normas e das convenções, enfim difundindo a validação dos significados dos signos e dos símbolos em prol da ordem social capitalista reinante e do espetáculo da mercadoria. Por outro lado, também não se pode negar que as mídias estão submetidas a interesses econômicos e políticos mais imediatos, ou seja, se as olharmos como empresas submetidas à lógica de conduta - como qualquer outra - das leis capitalistas da acumulação e da busca do lucro e da eficiência empresarial; nesse caso, as imaginamos como instrumento de poder para legitimar a ordem vigente. Ainda que nesta visão tratemos a mídia como uma unidade monolítica, o que não deixa de ser uma abstração, já que a mídia não pertencente a um único dono, vemos sua pertinência nos momentos em que se rompe a ordem política e cultural vigentes e o papel que desempenham no estabelecimento de uma nova ordem.

A função mediadora do símbolo e, por conseguinte, da representação, está em ritualizar os espaços de passagem ou as existências desordenadas, sobretudo daquelas que se

estabelecem entre as ordens em disputa. A sua validade e eficácia como instrumento de violência simbólica está nessa capacidade de se impor, como comunicação satisfatória de uma carência que é muito maior, e que fica, portanto, somente adiada, estabelecendo a relação de dependência para com o signo. Pode-se ter aqui uma leve noção da força simbólica de um mito. É por isso que, quando perdemos um mito, morremos um pouco; e quando, isso ocorre e não sentimos, é porque não estamos submetidos aos valores da ordem simbólica. Nessas circunstâncias, podemos até olhar o fenômeno com certo distanciamento e lucidez.

Para o filósofo Ernest Cassirer (2009), o “animal simbólico” possui uma capacidade de designação da realidade, e o faz através de reflexos e do sistema de signos referidos a objetos. É através do desenvolvimento dessa capacidade que ele toma consciência de que está subordinado à violência simbólica. Isso se processa através das redes de símbolos racionais que povoam o imaginário individual e coletivo, mas que dão sustentação a ordens alheias. Contudo, se o indivíduo não pode desenvolver suas formas simbólicas autônomas dificilmente pode ele escapar das afirmações e conteúdos alheios e, portanto, da violência simbólica impostas nas relações cotidianas e que colocam indivíduos frente a frente em relações de aparente igualdade no processo de comunicação - mas que estão determinadas pelas hierarquias verticais dos valores. Essa constatação é devastadora. Se não desenvolve sua faculdade de interpretação relativamente autônoma das coisas, os indivíduos ou grupos ficam subordinados às ordens de valores ou símbolos estabelecidas, sem se darem conta de que estão se comunicando com o outro através de signos alheios, em relações cotidianas que expressam situações de igualdade, mas que, contudo, expressam antes, a hierarquia das ordens de valores estabelecidos na vertical. Para exercer sua capacidade de comunicação, como poder que lhe é inerente ou com relativa autonomia, o indivíduo deve tomar consciência de que está preso numa rede de signos e que a experiência primeira da realidade já reflete sua percepção simbólica e sua capacidade de representação - esta, por sua vez, influenciada pelas ideias predominantes. Os verticalismos das ordens simbólicas impõem continuamente sua violência simbólica para proteger sua constelação de signos e símbolos,

salvar seus valores e garantir a continuidade da ordem, através da manutenção da rede simbólica.

### **O paradigma no topo: a ordem simbólica estabelecida e o *imprinting* cultural**

Os paradigmas comandam esquemas e modelos explicativos dos fenômenos e das coisas, mantendo, em certo controle, a lógica dos discursos, pensamentos e teorias. A experiência da construção da vertical não é privilégio do indivíduo ou de grupos, também a própria ciência afirma-se como paradigma reinante, convenção ou sistema, através da representação vertical. Ela simboliza o poder instituído, a ordem vigente que se impõe frente as possíveis ameaças que tentam desbancá-la.

Edgar Morin (1991) reconhece o poder de regulação simbólica dos paradigmas reinantes ao observar que eles comandam esquemas e modelos explicativos dos fenômenos e das coisas, mantendo sob certo controle a lógica dos discursos, pensamentos e teorias. É o que ele chama de *imprinting* ou cunhagem matricial que dá estrutura ao conformismo. Isso é a própria expressão do estabelecimento da ordem arbitrária em dada organização social mediante a imposição de paradigmas, ideologias, doutrinas e estereótipos: uma normalização social da ordem. Eis porque os símbolos discursivos, que traduzem a oposição ou a luta contra a violência simbólica da ordem estabelecida ou dominante, tem o sentido de levante, rebelião, revolta, indignação, excitação, agitação, motim, apontando para a afirmação de uma nova vertical. A esse respeito, vejamos o que diz o próprio Morin (1991):

Ao determinismo organizador dos paradigmas e modelos explicativos associa-se o determinismo organizado dos sistemas de convicções e crenças que, quando reinam numa sociedade, impõem a todos e a cada um a força imperativa do sagrado, a força normalizadora do dogma, a força imperativa/coercitiva que leva a evidência ao convicto e o temor inibidor aos outros. O poder imperativo/proibitivo conjunto dos paradigmas, crenças oficiais, doutrinas reinantes, verdades estabelecidas, determina os estereótipos cognitivos, ideias feitas sem serem examinadas, crenças estúpidas não contestadas, absurdos triunfantes, rejeições de evidências em nome da evidência, e faz com que reinem sob todos os céus, os conformismos cognitivos

e intelectuais. Todas as determinações propriamente sociais-econômicas-políticas (poder, hierarquia, divisão em classes, especialização e, nos tempos modernos, a burocratizarão do trabalho) e todas as determinações propriamente culturais-noológicas convergem e se sinergizam para aprisionar o conhecimento num mui determinismo de imperativos, normas, proibições, inflexibilidades, bloqueamentos. (MORIN, 1991, p 25).

O *imprinting* cultural inscreve-se cerebralmente no ser humano desde as primeiras experiências. Ele vai definir o sistema de valores e convicções que por sua vez vai se manifestar no modo de conhecer, de agir, de assimilar e de perceber as coisas; por outro lado, também produz a desatenção sobre as ideias, as informações, as imagens e os valores que não estão de acordo com aquela normalização. Segundo Morin (1991), o enfraquecimento local do *imprinting*, a atenuação do sistema de normalização e as modificações nas estruturas de reprodução, pressupõe a existência de três condições: a de uma “vida cultural e intelectual dialógica” que pressupõe a pluralidade/diversidade dos pontos de vistas, as trocas culturais, o desenvolvimento do conflito entre idéias e concepções, desde que se obedeça a lei do diálogo; o “calor cultural” que, assim como o calor físico, é intensidade/multiplicidade na agitação e choque entre partículas, significa intensidade/multiplicidade de trocas, confrontos, polêmicas entre opiniões, ideias e concepções que, em vez do determinismo rígido e da imobilidade, dão lugar às condições instáveis e movediças propícias à evolução, às variações, às inovações; e, por fim, a “possibilidade de expressão de desvios” que cria as condições para a atividade dialógica aberta e o questionamento do *imprinting* cultural.

A espécie humana reproduz continuamente as mesmas experiências primárias ou pré-linguísticas da primeira infância e reproduz continuamente o seu *imprinting* cultural de acima-abaixo, dentro-fora e claro-escuro, ou seja, a rede de metáforas recorrentes da experiência humana de tempo e de espaço - em sua própria apresentação e na apresentação de grupos identitários, e enfim na própria representação da realidade.

O *imprinting* cultural inscreve-se cerebralmente no ser humano desde as primeiras experiências, respondendo pela definição do sistema de valores e convicções que repercute como modo de conhecer, de agir, de assimilar e de perceber as coisas; por outro lado,

produz igualmente a desatenção da imaginação sobre as ideias, as informações, as imagens e os valores que não estão de acordo com aquela normalização.

A metáfora, que é uma expressão da mediação simbólica por excelência, pode nos dar testemunhos fantásticos de passagens nas quais representamos a realidade das nossas criações com o *imprinting* de nossa primeira realidade, sobretudo na forma de metáforas que dão sentido às diversas formas de espaço e tempo às quais estamos submetidos em nosso cotidiano. Elas também se prestam a explicação de fenômenos de natureza cultural, política, social e econômica.

Tomemos como exemplo inicial a análise de um texto de Cyrano de Bergerac, originário do artigo de Pierre-Maxime Schuhl e intitulado *Le Thème de Gulliver et le postulat de Laplace*, estudado por Gaston Bachelard, quando trata do problema das miniaturas literárias. A análise que se empreende a seguir poderia ser aplicada ao discurso de outras ordens simbólicas ou outros textos artísticos. Vejamos o texto de Cyrano de Bergerac:

Essa maçã é um pequeno universo para si mesma, cuja semente, mais quente que as outras partes, espalha em torno de si o calor que conserva seu globo; e esse germe, sob essa visão, é o pequeno sol desse pequeno mundo, que esquenta e alimenta o sal vegetativo dessa pequena massa. (BERGERAC apud BACHELARD, 1982, p.118).

O autor vale-se de uma imagem globalizante ou totalizadora, da metáfora universal, quando insinua não haver nada além do próprio universo. Essa imagem geometriza o espaço em espaço interior e espaço exterior ao assumir a figura de um mundo imaginário em que a semente é um universo interior em comunicação com o seu exterior. No interior desta semente-sol, centro deste *universo*, a imaginação se sente confortável, pois ela se coloca no espaço uterino da maçã, quente e aconchegante, ambiente que irradia calor que alimenta o sentimento vital. A imagem, portanto, geometriza também o dentro e o fora, o quente e o frio, onde no interior da fruta, no abrigo uterino da maçã ele encontra o calor vital da semente que gera vida: não é ela que vai gerar uma nova maçã?

A representação simbólica do universo suscita-nos a imagem de um mundo dividido entre o que está dentro - mundo interior - e o que está fora - mundo exterior; tudo o que está dentro está incluído, enquanto fora temos o mundo dos excluídos e sem amor; a existência humana se configura como uma luta pela inclusão, ou para estar dentro ou fazer parte da ordem; a imagem evocada de um mundo interior quente e dinâmico nos faz desinteressar pelo mundo exterior que é um mundo mais frio, já que recebe o calor que flui do interior. Ao situar-se no mundo interior, dentro da semente, o autor impossibilita a explosão das inúmeras imagens que a recorrência à fricção entre esses dois mundos, e a tensão entre as oposições pode nos oferecer: imagens de exclusão - inclusão, imagens de quente-frio, todas derivações da matriz dentro e fora, que decorrem da percepção de espaço e tempo etc. Eis o que a crítica literária vem chamando de contorcionismos da linguagem sobre si mesma, movimentos de ironias textuais que nos libertam das impossibilidade de estar dentro ou fora, mostrando-nos talvez imagens mais plausíveis para a ruptura com as velhas noções eurocêntricas da relação colonizador/colonizado, inclusão/exclusão, identidade/oposição e, quiçá, possam nos suscitar rupturas com as velhas dicotomias cerceadoras de outros sentidos de pertencimento. Quem saberá se assim não podemos descobrir a magia do movimento do jogo, a possibilidade de gingar dentro-fora-dentro, abrindo os sentidos a novas leituras – e novas imagens - do ser/estar no mundo contemporâneo.

As análises que temos empreendido demonstram que as leituras dos fenômenos estão presas, ou melhor, reféns, do sistema dicotômico dos códigos linguísticos e rede de metáforas norteadoras que utilizamos para representar e interpretar nossas experiências de realidades. Não é de surpreender que as ordens simbólicas, em sua tarefa de regulação e controle da ordem, valham-se continuamente desses sistemas de dicotomias, do tipo exclusão e inclusão, dentro e fora, alto e baixo, claro e escuro, positivo e negativo, vida e morte, que historicamente comandaram a produção social de imagens simbólicas para representar os fenômenos da realidade. Sem dúvida, a complexidade da realidade não suporta mais os modelos reducionistas do sentido e propõe repensar a realidade, escapando à aridez das opções dicotômicas; quem sabe, assim, explorando os movimentos de fechamento e

de abertura, ou as regiões de passagem, onde o ser quer se manifestar e quer se esconder – ao invés de absolutizarmos as imagens como meras condensações de pensamentos, ou como se só houvesse portas fechadas ou abertas, possamos encontrar explicações mais satisfatórias do sentido que as palavras podem dar às coisas para explicar nossa própria história. Quem sabe, até, construindo novas formas de interpretar a realidade, chegaríamos a uma nova realidade da própria condição daquilo que chamamos ou queremos crer ser a humanidade.

### **Conclusão**

A violência simbólica exercida mediante a imposição de ordens simbólicas ou constelações de signos arbitrados sobre as coisas impõe a arbitrariedade da ordem sobre o caos. O ordenamento da realidade é, antes de tudo, uma ordenação simbólica mediada pelas linguagens - escrita, falada e gestual - como veículo do pensamento discursivo, da imagem, e que ganha materialidade em nossos textos artísticos literários, teatrais, gestuais etc. A comunicação é o fenômeno fundamental para a continuidade e manutenção da ordem social, cabendo à mídia a função de regulação das autonomias e dependências entre as ordens simbólicas que reinam no ambiente social. A sociedade da informação, assim chamada, industrializa a utilização dos símbolos com mensagens que chegam mesmo a prescindir de signos linguísticos ou signos verbais.

Nessa cultura midiática, em que a mediação simbólica motivada por questões de natureza econômica e política produz verdadeira inflação de signos e imagens saturadas, a mídia converte-se em fábrica de mitos. A imaginação do público, aberta à profusão de signos e símbolos, absorve a imagem que se vê como a imagem que se vive. É um erro acreditar que as imagens ficam armazenadas na mente como fotografias numa caixa de sapatos. Ao invés disso, são avaliadas e interpretadas segundo o que elas representam no ambiente, no contexto de uma dada compreensão ou de cada circunstância social, indissociável da relação homem, natureza, linguagem e cultura, do observador e da coisa observada. A arte da representação expande-se, sobretudo, como arte do ocultamento em vez

de revelação, ou melhor, como violência da validação de ordens simbólicas e do sistema de sanções correspondente. As imagens midiáticas podem se converter em imagens mentais do indivíduo permitindo que sua experiência seja afetada definitivamente como pensamento, atitude e ação.

Hoje a sociedade vive completamente acuada por mensagens. À criação de um bem, desenvolve-se simultaneamente seu valor simbólico, sob pena da perda de sua validade para o mundo. O triunfo da apresentação sobre a significação estabelece, assim, o primado da imagem e da representação que, impondo a seu ritmo e duração as mensagens - motivadas predominantemente por interesses econômicos e políticos - como consensos sociais, exerce a violência simbólica do cotidiano na regulação da ordem social. Talvez seja essa a maior de todas as violências praticadas sobre a natureza humana, chegando a superar a violência bruta que atinge o estado físico do ser humano. Esta, por sua vez, já tantas vezes demonstrada suportável.

## IMAGE AND REPRESENTATION: MATRICES OF LANGUAGE BINARITIES

**ABSTRACT:** This paper analyzes the production of meaning in mediation and representation processes, based on the role of primary experiences in the production of symbolic images and binarities of language, which feed the processes of representation in literary and media narratives of cultural and symbolic orders in general.

**KEY WORDS:** Symbolic image; Language; Mediation; Representation.

## Referências

- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Rio de Janeiro: Editora Abril Cultural, 1982.
- BAKHTIN, Mikhail (V. N. Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BOUDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009.

- HUIZINGA, J. *Homo Ludens*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.
- LANGER, Suzane. *Sentimento e forma*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1980.
- MORIN, Edgar. *O Método IV: as ideias*. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.
- PROSS, Harry. *Estructura simbólica del poder*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980.
- \_\_\_\_\_. *La violencia de los símbolos sociales*. Barcelona: Anthropos, 1981.
- PROSS, Harry; ROMANO, Vicente. *Atrapados em la red mediática*. Orientación em la diversidad. Gráficas Lizarra, Espanha, Navarra, 1999.

*Recebido em 30/04/2016.*  
*Aprovado em 22/05/2016.*